

Documento de Área

Ciências e Humanidades para a Educação Básica

Área 51

Coordenadora da Área:

Antonia Pereira Bezerra

Coordenador Adjunto de Programas Profissionais em Rede:

Luís Reznik

2025 – 2028



SUMÁRIO

PREÂMBULO	5
ESTADO DA ARTE DA ÁREA	5
1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS	11
1.1 Inovações, desafios, transformações e propostas	11
1.2 Planejamento dos Programas da Área no contexto das Instituições de Ensino Superior.....	13
1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas.....	14
1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP)	15
1.5 Visão da área sobre a modalidade de ensino à distância	17
1.6 Visão da área sobre a modalidade profissional e sobre as formas associativas	18
1.7 A interdisciplinaridade na/da Área.	18
2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL.....	19
2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos.....	19
2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual.....	19
2.2.1 Da Classificação de Artigos:.....	20
2.2.2 Da Classificação dos Livros	20
2.2.3 Da Classificação de Produtos Técnico-Tecnológicos.....	21
2.2.4 Da classificação de Produtos Artísticos	21
2.3 Perspectivas da Área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência Aberta	22
3 IMPACTO	24
3.1 Perspectivas de impacto dos Programas da Área na sociedade.....	24
3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas. Popularização da Ciência	27
3.3 Possibilidades e potenciais de internacionalização na Área	27
4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA	28

5	EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE.....	29
5.1	Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais.....	29
5.2	Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI).....	30
5.3	Visão da Área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade.....	30
6	ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS	31
6.1	Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração	31
7	OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA	31

Considerações da Diretoria de Avaliação

Neste documento a Área de Avaliação apresenta as diretrizes específicas que irão nortear as instituições de ensino superior sobre a avaliação e o acompanhamento dos programas de pós-graduação a ela vinculados. Essas diretrizes foram construídas de acordo com os critérios próprios da Área em constante diálogo com a sua comunidade. Para além disso, o Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) definiu diretrizes e procedimentos comuns para a avaliação da pós-graduação stricto sensu e as áreas de avaliação e os programas devem observar as normas dispostas na legislação vigente e no documento referencial “Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação stricto sensu” disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/documentos-do-novo-ciclo-avaliativo-2025-2028>

PREÂMBULO

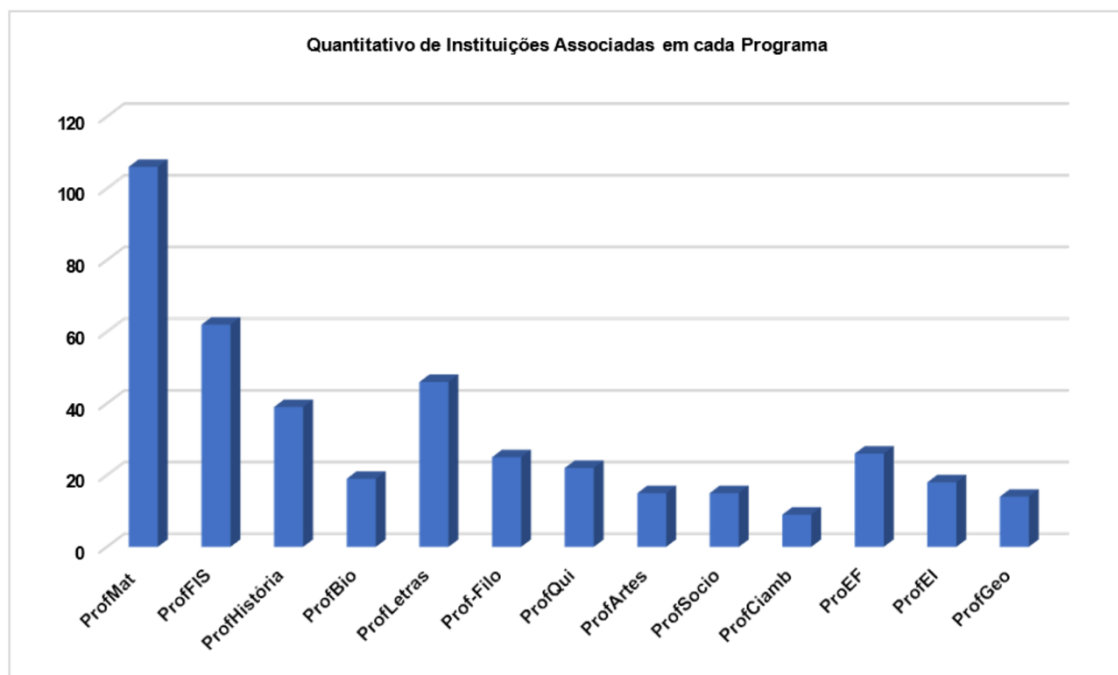
Este documento apresenta considerações sobre o futuro da nova Área de Avaliação 51- Ciências e Humanidades para a Educação Básica, e discorre conceitualmente sobre o caráter indutor do processo avaliativo da Capes, que tem por meta ampliar as perspectivas de impacto dos Programas na sociedade, por meio da busca de uma maior qualidade na formação de Mestres e Doutores e aumento da produção intelectual altamente qualificada. Juntamente com outros documentos, como a Ficha de Avaliação e o Documento Orientador de APCN, constituem a base dos diferentes processos de avaliação da Capes.

ESTADO DA ARTE DA ÁREA

A Pós-graduação *stricto sensu*, especificamente através dos programas para a formação de professores, tem como alvo a formação continuada dos professores em exercício na rede pública de educação básica. O Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* para Qualificação de Professores da Rede Pública da Educação Básica (PROEB/CAPES) objetiva a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras, à medida em que: i) valoriza as experiências advindas da prática do professor, ao tempo em que colabora, através dos trabalhos realizados, para o desenvolvimento de materiais e estratégias didáticas que resultem na melhoria do desempenho de aprendizagem dos alunos; ii) constrói uma rede de reflexão sobre a realidade da Educação Básica pública brasileira, possibilitando o planejamento e aplicação de mudanças e respostas aos problemas do cotidiano da escola e da sociedade com vistas a seu aperfeiçoamento constante.

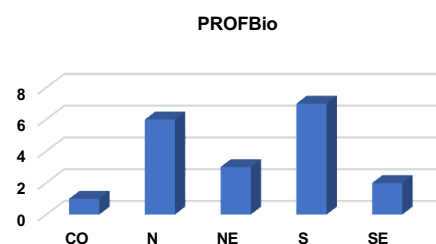
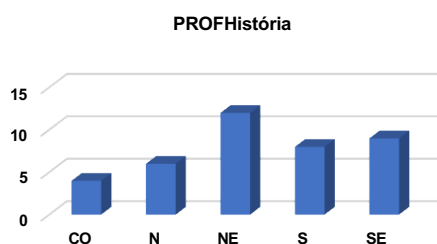
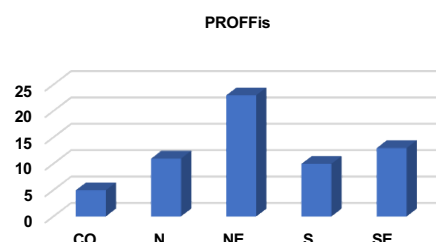
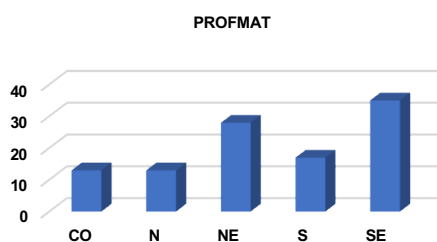
Em face da ainda recente tradição dos programas profissionais, em rede, vinculados ao PROEB - o ProfMat foi o primeiro da modalidade, implantado em 2011 -, é oportuno fornecer um apanhado, à guisa de panorama, dos dados sobre o número de Programas, suas instituições associadas por estados da Federação, bem como as notas atribuídas por ocasião da Avaliação Quadrienal 2022. Os gráficos que se seguem, espelham, globalmente, os programas profissionais para Educação Básica em Rede, vigentes, e representam um esforço de síntese que tem por objetivo reconstituir a linha de tempo da rede e sua expansão, fornecendo oportunamente uma radiografia atualizada da área.

A área conta, atualmente, com 13 Redes e 416 Instituições Associadas (IAs).

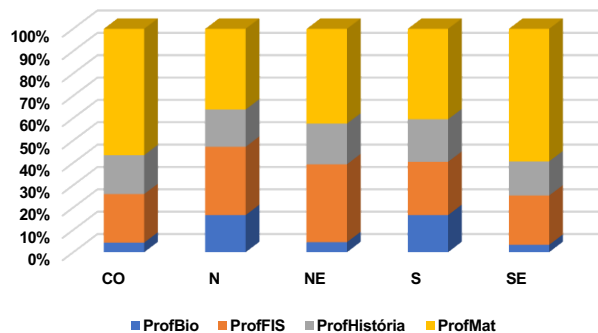


GRÁFICOS DAS INSTITUIÇÕES POR MACRORREGIÕES

Na faixa dos Programas nota 5, a área conta com quatro redes, com instituições associadas em todas as regiões do país, como se pode constatar nos gráficos abaixo:

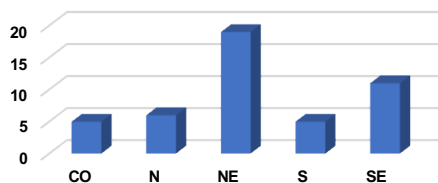


Distribuição Regional dos Programas com Nota 5 na Área de Ciências e Humanidades para a Educação Básica no Brasil

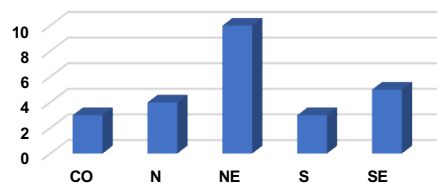


Os programas nota 4, perfazem o montante de seis redes, assim distribuídas pelas macrorregiões do Brasil:

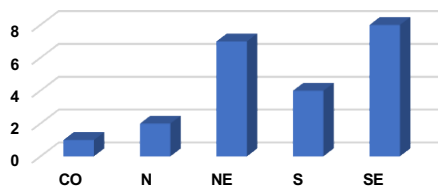
PROFLetras



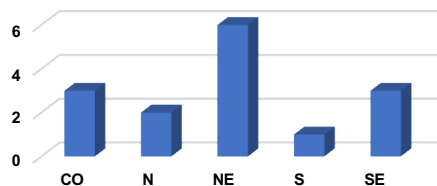
PROF-Filo



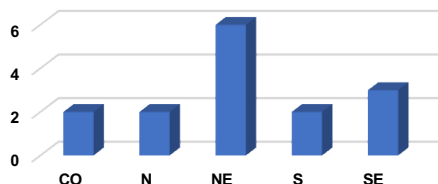
PROFQui



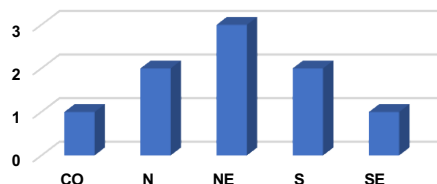
PROFArtes



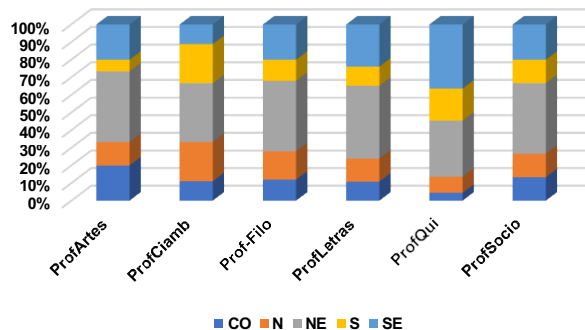
PROFSocio



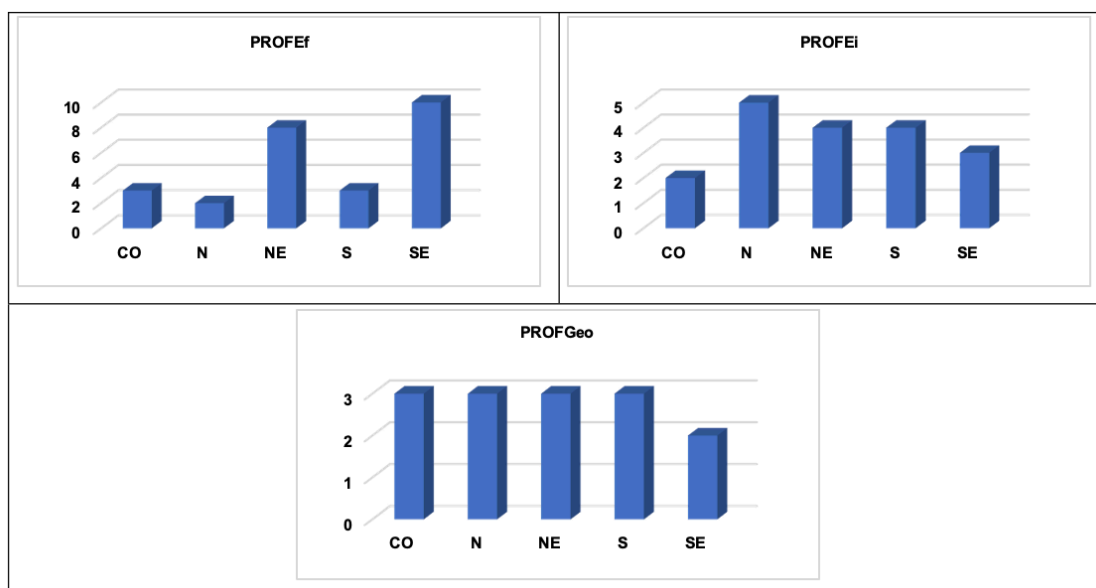
PROFCiamb



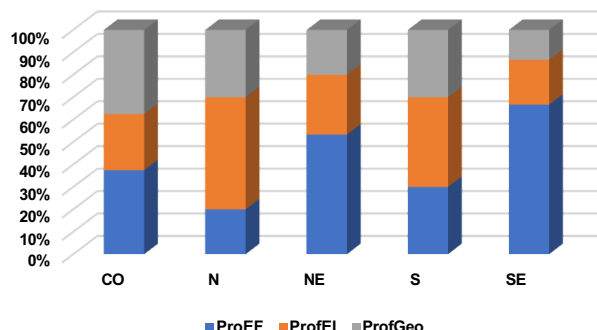
Distribuição Regional dos Programas com Nota 4 na Área de Ciências e Humanidades para a Educação Básica no Brasil



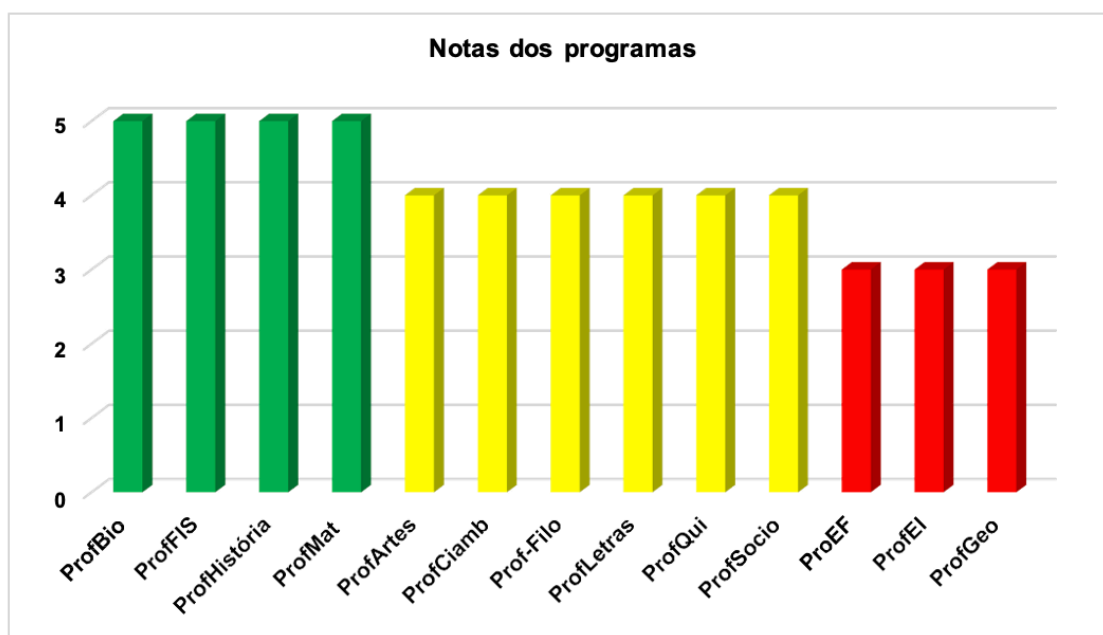
Na faixa de nota 3, são três Redes Profs:



Distribuição Regional dos Programas com Nota 3 na Área de Ciências e Humanidades para a Educação Básica no Brasil



O esforço de síntese de agrupamento dos Profs, por nota, resulta no seguinte gráfico:



Características e tendências:

Os Programas Profissionais para Educação Básica em rede atendem demandas nacionais induzidas pela CAPES e são mantidos por instituições de ensino superior, com especial atenção à redução das assimetrias regionais existentes na formação pós-graduada e à construção de parâmetros de avaliação que permitam atingir níveis nacionais de excelência. Conforme orientações constantes das diretrizes para APCNs, disponíveis na página da área, os Profs concentram-se em dois grandes objetivos:

- formação teórico-metodológica e epistemológica de professores que atuam na Educação Básica;

- produção de conhecimento vinculado ao processo de ensino-aprendizagem e às melhorias de diferentes aspectos no âmbito da Educação Básica.

Conforme já foi dito, o Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (ProfMat), foi o primeiro programa construído entre aqueles que compõem a Área de avaliação 51: CIÊNCIAS E HUMANIDADES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA. Teve início em 2011, com o desafio de contribuir para a superação das dificuldades relacionadas ao aprendizado da disciplina na educação básica. Na sequência, foram estruturados o ProfFis, o ProfLetras, o ProfArtes e o ProfHistória. Atualmente a área contempla também os programas de Geografia, Química, Biologia, Sociologia, Filosofia, Educação Física, Ciências Ambientais e Educação Inclusiva. Esse crescimento exponencial desejado e previsto, impôs a necessidade da construção de uma nova área para abrigar os emergentes cursos de Mestrado e Doutorado Profissionais em Rede para Educação Básica. Com aprovação recomendada pelo Conselho Técnico Científico de Ensino Superior – CTC-ES, por ocasião de sua 223ª Reunião (5 a 9 de outubro de 2023), a criação da área 51 – Ciências e Humanidades para a Educação Básica foi oficializada por meio da portaria de nº 241, de 03 de novembro de 2023.

A área se encontra, assim, em franco processo de consolidação e a expansão da rede se dá em dois níveis: tanto com novas redes entrando no sistema, quanto com as próprias redes crescendo com novos docentes e instituições que a elas vão sendo credenciadas. Nesse espírito de consolidação e expansão, destaca-se o início do Curso de Doutorado do ProfHistória e as novas propostas já submetidas ou em gestação.

Dados do Censo Escolar da Educação Básica 2022, apresentados pelo INEP, indicando 47,4 milhões de estudantes em 178,3 mil escolas, funcionam como um importante diagnóstico para o planejamento e a formatação de políticas públicas. A mesma coleta informa que, em 2022, 1,04 milhão de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos estavam fora da escola. O entendimento de que a educação é considerada obrigatória nessa faixa etária e que cabe ao Estado garantir condições para o acesso e permanência na educação básica, assegurando, inclusive a oferta gratuita para todos os que não tiveram acesso a ela na idade devida, evidencia a grandeza do desafio da área de Ciências e Humanidades para a Educação Básica, nos próximos quadriênios. Desde já, dados do Censo Escolar de 2023 registram 2.354.194 docentes na educação básica brasileira e informam, ainda, que o percentual de docentes com pós-graduação lato ou stricto sensu subiu de 41,3% em 2019 para 47,7% em 2023. Ressalte-se, a propósito, que o momento histórico da construção da nova área de avaliação da CAPES para abrigar os Programas de Pós- Graduação *stricto sensu* para Qualificação de Professores da Rede Pública da Educação Básica (Profs/ProEB), coincide com a retomada do Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB), o qual, após seis anos sem reuniões, retomou a agenda de debates e discussões em 2023. Fica a forte expectativa de que, juntos, CTC-ES e CTC-EB desempenhem papel providencial na formação de professores para qualificar a educação básica e contribuir para o desenvolvimento dos estudantes do ensino fundamental e médio, que são o futuro da nossa nação.

1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS

1.1 Inovações, desafios, transformações e propostas

A expansão da rede, seu crescimento qualitativo acadêmico, bem como a consolidação do recente advento da construção de cursos em nível de Doutorado, que teve o ProfHistória como primeiro Doutorado implementado, mobiliza muitas outras redes em franca preparação para submissão de propostas de Doutorado. Mas estamos apenas no começo, pois muitos são, ainda, os desafios que precisam ser enfrentados pelos programas neste e nos próximos quadriênios, dentre os quais se apresentam:

- reflexão e melhor definição sobre o conceito de aderência na área 51;
- exame e reflexão acerca da cultura da coautoria, levando em consideração as tradições de cada área, para não estimular um incentivo generalizado e mandatário;
- aperfeiçoamento da análise/avaliação de Avanço, Impacto e Inovação na Área (Produção e transferência de conhecimento);
- reflexão sobre o processo de avaliação nas diferentes formas (pois que multifacetadas são as redes Profs) de protagonismo da Área, ocupando lugares sociais diversos (Impacto e Visibilidade);
- aperfeiçoamento da avaliação de produções conforme perfil e modalidade dos programas;
- aperfeiçoamento da informação e da avaliação qualitativa em geral - a importância de bem justificar os destaques;
- reforço do envolvimento de alunos e egressos nas ações das redes (Impacto e Visibilidade);
- delimitação e explicitação dos critérios de excelência (local e nacional) para a Área com indicadores que permitam atingir excelência nacional;
- fortalecimento de meios de transferência e compartilhamento de conhecimento com integração com a graduação e a Pós-graduação nas Universidades
- valorização dos produtos técnicos/tecnológicos que promovem a inserção do Programa (local e nacional) acessível a toda rede de ensino Básico no País;

- reconhecimento da qualidade das produções do Programa para além dos índices bibliométricos e incentivando a excelência regional e nacional;
- vislumbre de ferramentas e estratégias para melhor acompanhamento do egresso: casos de sucesso, empregabilidade, produções e ações de impacto etc. Estabelecer parâmetros de mensuração para o acompanhamento dos impactos da Área nos indicadores nacionais e internacionais de qualidade do ensino básico no longo prazo.

Com o crescimento do número de redes e de programas permanece intensa, não somente a necessidade de reflexão e aprofundamento sobre a natureza e especificidade da pesquisa voltada para o ensino na Educação Básica, como a qualidade dessas pesquisas, suas políticas e os meios de difusão. A pesquisa nesse campo emerge do

confronto/intimidade com conceitos, materiais, processos, criações e o(s) outro(s) temas, que apontam temáticas e problemas sobre as quais o docente/pesquisador da Educação Básica deve se posicionar. Essa singularidade da área exige um processo de produção e, por conseguinte, de difusão, específico.

O crescimento contínuo da área implica, ainda, em desafios de crescimento qualitativo e quantitativo: quantitativamente será necessário aumentar o número de mestres e doutores formados para atuação nas redes de ensino da Educação Básica. Paralelamente, a chegada à nota 4 e à nota 5 de muitos dos Programas, traz a expectativa de apresentação de APCNs de cursos de Doutorado. Nesse trajeto, o principal desafio para a área 51, neste e no próximo quadriênio, consiste na consolidação dos mestrados profissionais existentes e, ao mesmo tempo, na política de indução à criação de novos doutorados profissionais. A ênfase na qualificação de recursos humanos para a Educação Básica em nível de Doutorado, deve marcar claramente a diferenciação em relação à qualificação em nível de mestrado profissional e deve instaurar, na área, novas políticas e formas de interlocução com este setor da sociedade. Nunca se deve perder de vista que o crescimento quantitativo não deve comprometer, de modo algum, o desenvolvimento qualitativo da área, o que significa que a avaliação das propostas de novos cursos, bem como a avaliação continuada dos PPGs atuais deve manter-se atrelada a critérios essencialmente qualitativos. Desta forma, deve-se estimular que os Programas definam com clareza seus objetivos, suas metas e seus compromissos com a área 51, de modo a cumprirem com qualidade o seu papel na formação acadêmica e profissional do professor da Educação Básica.

1.2 Planejamento dos Programas da Área no contexto das Instituições de Ensino Superior

O Planejamento Estratégico (PE) é uma ferramenta de gestão que consiste no desenvolvimento de técnicas, métodos e atitudes administrativas que permitem a estimação dos impactos futuros de ações administrativas, tomadas no tempo presente, reduzindo a incerteza associada aos processos de tomada de decisão e servindo como uma guia para a alocação de recursos para que a Rede cumpra a sua missão e atinja os níveis de qualidade e impacto desejáveis das suas ações na Educação Básica. As ações de avaliação e de planejamento são já expedientes bem conhecidos nos programas de pós-graduação acadêmicos *stricto sensu*. Porém, é somente com a nova ficha de avaliação aprovada pelo CTC-ES (Conselho Técnico-Científico da Educação Superior) da CAPES, em 2019, que o planejamento estratégico e o processo de autoavaliação passaram a ser elementos exigidos para a avaliação dos Programas. Nessa perspectiva, os programas de pós-graduação passam a se deparar com a necessidade de conduzirem de forma sistemática e com meios e processos que dêem visibilidade e transparência, às suas ações de planejamento (agora com a perspectiva estratégica de longo prazo) e de autoavaliação.

Fica evidente para a área que tal planejamento se torna condição *sine qua non* do comprometimento das instituições coordenadoras nacionais e associadas para com a implantação e o êxito dos cursos novos. Tal premissa é igualmente válida para as redes já instituídas e em funcionamento. Os Profs são constituídos a partir de uma instituição proponente e de um conjunto de instituições associadas que atuam em rede. Assim, a instituição proponente deve apresentar consolidada experiência e protagonismo em atividades de ensino na graduação e na pós-graduação e/ou extensão/divulgação em ciência e pesquisa. Há casos em que a instituição proponente não é uma Instituição de Ensino Superior, mas uma entidade nacionalmente representativa e consolidada na área, a exemplo das sociedades científicas. As instituições associadas, por sua vez, são constituídas, necessariamente, por Instituições de Ensino Superior, devidamente credenciadas pelo MEC. Quando se trata de curso novo, para o encaminhamento da proposta, a proponente apresenta documentos comprobatórios de adesão formal de cada uma das instituições associadas, indicando o claro comprometimento institucional com a implantação, manutenção e êxito do curso.

Portanto, a exigência de um planejamento estratégico, nesse contexto, não pode ser entendida como algo que busca apenas atender um requisito que assegure à Rede melhor desempenho na instância da avaliação, mas deve constituir-se, antes de tudo, em compromisso com ações a serem implementadas no sentido de aprimorar e fortalecer os processos e instrumentos de governança institucional, como o fomento à integração, à articulação e sinergia das atividades de ensino, pesquisa e extensão de cada Rede, em consonância com as diretrizes estratégicas e metas institucionais. É fato que todo o sistema de acompanhamento e avaliação da Pós-Graduação no Brasil apoia-se no estímulo a que cada IES tenha o seu plano de desenvolvimento institucional (PDI) e

desenvolva ações sistemáticas de autoavaliação, medida importante num processo em que a avaliação externa é coordenada pela CAPES. Referente às Redes já implementadas, todas as IES Coordenadoras e Associadas devem declarar aderência ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Nesse mesmo espírito, as novas propostas devem estar consonantes ao PDI da Instituição proponente, de forma a explicitar como o curso será organizado e gerenciado em conjunto com as respectivas associadas. É imprescindível que a instituição proponente demonstre condições de gestão da proposta e provenha condições para a realização de pesquisa, além de disponibilizar recursos físicos e humanos, indicando ações da administração superior para conferir suporte e viabilidade à proposta.

O Planejamento Estratégico deve, em resumo, se estruturar tendo como base a nova ficha de avaliação, a qual comporta 3 quesitos (PROGRAMA, FORMAÇÃO E IMPACTOS) e em consonância com a ficha de avaliação, deve envolver: 1) etapa diagnóstica; 2) etapa de formulação de metas; 3) etapa de definição e priorização de ações. Em um primeiro momento, a preparação, pois o processo de autoavaliação, exige necessariamente: constituição da equipe de coordenação; sensibilização; planejamento; definição dos princípios; definição do que será avaliado para representar qualidade; definição das abordagens de avaliação; definição dos indicadores e critérios a serem adotados; definição dos usos dos resultados; definição da periodicidade da coleta de dados. O segundo momento pede a elaboração do projeto de autoavaliação, definindo: estratégias; método (técnicas, instrumentos, formas de análise); cronograma; recursos; equipe – responsabilidades; formas de disseminação dos resultados e monitoramento do uso dos resultados.

1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas

Como se pode constatar, no contexto da Pós-Graduação *stricto sensu*, a cultura da autoavaliação é muito recente e necessita, ainda, ser compreendida e assimilada pela comunidade acadêmica, mas é essencial. Essa dimensão emerge da necessidade de superação da “ideia de avaliação somativa e geradora de rankings com base em indicadores essencialmente quantitativos”. Da necessidade, então, de experimentar processos autônomos, formativos e com ampla participação da comunidade acadêmica, em todos os níveis educacionais, vem se instaurando, aos poucos, uma cultura de autoavaliação nos Profs, induzindo um processo de amadurecimento de pesquisadores e discentes no sentido de co-responsabilizá-los e torná-los colaboradores potenciais, engajados na melhoria da formação pós-graduada *stricto sensu* para a Educação Básica no Brasil. No contexto específico da Área 51 - CHEB, essa cultura traz o desafio de aperfeiçoamento da avaliação em relação às limitações do emprego de métodos qualitativos em avaliações externas de larga escala, num contexto de grande diversidade de programas e de demandas regionais específicas. O mais importante nesse processo consiste em atenuar as dificuldades do processo de Avaliação Externa, ratificando a importância da avaliação de processos e não apenas de resultados; valorizando, acima

de tudo, a formação em relação à produção intelectual, coadunada à necessidade de melhor articular a avaliação com a tomada de decisões de melhoria ao nível da Rede Prof.

No contexto dos Profs/ProEB, os indicadores não devem favorecer classificações e elaborações de rankings que estimulam um produtivismo dissociado da qualidade e da missão de cada rede, pois, sabendo que a educação é dever do Estado Brasileiro, mister se faz assegurar sua qualidade e a participação do avaliado no processo avaliativo, produzindo, assim, novos sentidos e significados para as pessoas envolvidas no processo. A demanda por um processo sistemático de autoavaliação leva a Coordenação dessa nova área a vislumbrar modos de construção desse processo de autoavaliação de forma articulada em todas as redes. Nesse espírito, as propostas novas ou já implementadas, devem detalhar as políticas de autoavaliação previstas ou em vigor para o programa. As estratégias e metodologias adotadas para a autoavaliação devem prever a participação dos pós-graduandos de todas as IES associadas no processo, com foco na formação e na produção de conhecimentos que possam impactar positivamente a Educação Básica.

Em decorrência e em consonância com o PDI, as Redes devem elaborar um conjunto de ações que, articuladas, conduzam ao atingimento das metas e objetivos estratégicos de cada Prof. E mais: que, concomitante a tal diretriz estratégica, se estabeleça as metas - resultados almejados ou as transformações pretendidas no desempenho da Rede ao cabo do período de vigência do Planejamento. Nesse contexto, atingir o nível de excelência, deve ser objetivo único dos Profs, em todas as áreas. As Redes devem descrever, assim, os processos de autoavaliação dos programas, constando a relação com o planejamento estratégico e as metas, os procedimentos e mecanismos utilizados, o envolvimento de docentes, discentes e técnicos, o processo de avaliação dos discentes, desempenho dos docentes em disciplinas e como orientador, produção intelectual e impacto do programa, e a aplicação dos resultados da autoavaliação para melhoria do Programa e da Rede, os critérios de credenciamento e descredenciamento do corpo docente permanente, etc.

1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP)

Um ponto alto da avaliação na Área de Ciências e Humanidades para a Educação Básica, é o processo histórico do agrupamento dos docentes da proposta como condição básica para a caracterização da sua configuração, enquanto grupo colaborativo capaz de prover e manter a organicidade da Rede e das associadas. É altamente desejável, nesse contexto, o desenvolvimento de projetos de pesquisa colaborativos entre membros do corpo docente na área da Educação Básica, visando atender às demandas nacionais ou específicas de determinadas regiões do país. Tanto as propostas já existentes, quanto as Propostas de Cursos Novos devem apresentar corpo docente (Docentes Permanentes e Colaboradores) com perfil compatível com a atividade de formação qualificada de

pesquisa científica e desenvolvimento e com experiência no desenvolvimento de estudos, produtos e processos especificamente relacionados à Educação Básica.

Para os cursos em nível de Mestrado as propostas devem considerar a existência de, no mínimo, 80% do corpo docente (permanentes e colaboradores) com atuação em áreas afins a do Programa e que, por ocasião do credenciamento, tenham concluído, pelo menos, duas orientações na graduação (TCC, PIBIC, PIBID, extensão e congêneres) ou em outros níveis de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Para o Doutorado exige-se o mínimo de 80% do corpo docente (permanentes e colaboradores) com atuação em áreas afins ao Programa e, ao menos, duas orientações concluídas na pós-graduação (mestrado ou doutorado), como condição para o credenciamento. Do total do corpo docente, apenas 30% dos docentes podem pertencer à categoria de colaboradores.

A quantidade mínima recomendada de docentes permanentes de cada nível, para ingressar e permanecer no sistema é de 7 docentes por instituição associada, em nível de Mestrado e de 10 docentes por instituição associada para o Doutorado. Outros quantitativos são permitidos em casos de IES pertencentes a regiões carentes e/ou remotas, a exemplo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, justificados pela finalidade de redução de assimetrias regionais, sendo que tais números não devem ser inferiores a 6 para mestrado e a 8 para o doutorado. No tocante à dedicação dos Docentes Permanentes ao Programa, independentemente do nível (Mestrado ou Doutorado), é requerido o mínimo de 80% do corpo docente em regime de tempo integral (40h), na Instituição. Em média, a dedicação dos docentes permanentes ao Programa não deve ser inferior a 10h semanais.

A participação dos docentes em outros programas deve ser compatível com a dedicação dos docentes à instituição, considerando seu esperado envolvimento em outras atividades (ex. ensino, extensão e gestão). Exige-se, ainda, que, no mínimo, 20% do corpo docente permanente atue de forma exclusiva no Programa. A participação de docentes não exclusivos (que atuam em outros programas em funcionamento), deve se dar em observância aos limites recomendados pela área, quais sejam:

- ❖ Participação em mais de 1 PPG, além do programa avaliado, no máximo 70% do corpo docente permanente total.
- ❖ Participação em 2 PPGs, além do Programa avaliado, no máximo 30% do corpo docente permanente total.

É vetada a participação de docentes que atuem, simultaneamente, como docentes permanentes em mais de 3 PPGs. Por fim, o número de docentes do corpo permanente, preferencialmente com tempo integral na instituição, deve ser compatível com as atividades diretamente relacionadas ao programa.

Para a qualificação mínima de Docentes Permanentes, espera-se que todos os docentes da Rede Prof, independentemente do nível (mestrado ou doutorado), possuam titulação de Doutor. Não obstante, para os cursos de mestrado, admite-se que até 20% do corpo docente possua outro nível de formação, mediante justificativa detalhada sobre atuação, perfil profissional e produção intelectual altamente compatíveis com as temáticas do Programa e, conseqüentemente, com a Educação Básica. Para os cursos de doutorado, admite-se os mesmos critérios e quantitativos, exigida a formação mínima de Mestrado. Para atividades de orientação, entretanto, exige-se a titulação de doutor. Recomenda-se, ainda, que, pelo menos, 80% dos docentes permanentes ministrem disciplinas na graduação e que participem de, pelo menos, um projeto de pesquisa e/ou desenvolvimento sobre temas em consonância à(s) área(s) de concentração e linha(s) de pesquisa/atuação do curso, garantindo, assim, uma sólida vinculação da qualificação do grupo proponente aos objetivos da Rede Prof. Por fim, dentre os critérios de credenciamento e descredenciamento de docentes, os programas precisam evidenciar patamares mínimos de produção intelectual em que os produtos, independentemente de sua natureza (bibliográfica, técnica, tecnológica, artística, cultural etc.), evidenciem identidade com as temáticas centrais da proposta e preservem aderência com a Educação Básica em consonância à(s) área(s) de concentração e linha(s) de pesquisa/atuação do curso. Finalmente, a dimensão, qualificação, dedicação e composição do corpo docente, ao lado da infraestrutura e do apoio institucional devem sempre ser destacados, pois constituem itens essenciais para o sucesso dos programas em si e da Rede como um todo.

1.5 Visão da área sobre a modalidade de ensino à distância

Os Profs são caracterizados pela formação de recursos humanos de alto nível para atuação na Educação Básica e essa formação deve estar conciliada à produção de conhecimento relevante para a solução de questões relativas ao desenvolvimento científico de produtos e processos técnicos e tecnológicos que contribuam de forma inovadora para a Educação Básica. Diante dos desafios enfrentados pelos Profs para estabelecer um claro percurso formativo que atenda às necessidades dos professores da Educação Básica, considera-se inadequada a proposição de cursos Profs na modalidade à distância, uma vez que, em sua gênese, os Profs foram e são concebidos como cursos na modalidade presencial. Não obstante e tendo em vista o incentivo para que os discentes de Mestrado e de Doutorado não se afastem por completo de suas atividades em sala de aula, ao tempo em que usufruam da unidade e consistência na formação articulada em rede nacional, são aceitas propostas de Mestrado e Doutorado que desenvolvam, quando aplicáveis, Processos Híbridos de Ensino Aprendizagem - PHEA e incorporem o uso de tecnologias de educação à distância, desde que seja assegurado ao corpo discente as condições adequadas para o uso das mesmas nas Instituições ofertantes dos Profs.

1.6 Visão da área sobre a modalidade profissional e sobre as formas associativas

Os programas Profs são caracterizados pelo atendimento, no formato de rede, a uma demanda de qualificação de professores que atuam na Educação Básica e que leva em conta a relevância de procedimentos e atitudes na formação pós-graduada desses professores, no contexto dos cursos de Mestrado e Doutorado Profissionais.

1.7 A interdisciplinaridade na/da Área.

A área de Ciências e Humanidades para a Educação Básica é, por natureza, interdisciplinar uma vez que acolhe campos de estudos e modalidades diversas de conhecimento e de produção de saberes; se caracteriza, ainda, como lócus privilegiado e propício à experimentação de novas aproximações entre domínios distintos do conhecimento e de possibilidades de instauração de abordagens teórico-metodológicas originais e inovadoras no contexto da Educação Básica. Sabe-se que a interdisciplinaridade exige o estabelecimento de relações entre duas ou mais disciplinas, ou áreas do conhecimento, associando o que é comum entre elas e aplicando-o ao processo de ensino - aprendizagem.

Visto por um prisma mais particular, os Profs agregam docentes/pesquisadores com formações distintas e diversificadas e comportam, em suas estruturas curriculares, disciplinas que dialogam com diferentes domínios do conhecimento. A ampliação do número de Redes e de docentes vem permitindo e consolidando a natureza interdisciplinar da área. A coordenação de área deve, portanto, manter o incentivo e o apoio à atuação interdisciplinar, sem perder de vista o foco na melhoria da Educação Básica e, especialmente, sem descurar do adensamento teórico e da práxis do campo especializado da formação de professores para a Educação Básica, suas exigências metodológicas e epistêmicas. Nessa perspectiva, o desafio consistirá em garantir um espaço privilegiado para as ações interdisciplinares e avançar para além das fronteiras disciplinares, articulando, transpondo e gerando conceitos, teorias e métodos, ultrapassando os limites do conhecimento disciplinar e dele se distinguindo, por estabelecer pontes entre diferentes níveis de realidade e formas de produção de saberes.

2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos

Os programas Profs são uma iniciativa voltada para a melhoria da formação dos professores da educação básica no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*, nas áreas, componentes curriculares e temas transversais. As ações destes programas são desenvolvidas em rede por meio da associação de diversas instituições para a oferta de cursos de mestrado e doutorado profissionais com a finalidade de promover a formação e a melhoria da qualidade do ensino nas escolas da Educação Básica. Assim, as redes Profs devem apresentar objetivos formativos compatíveis com a prática profissional dos professores da Educação Básica, na atuação em ambiente escolar e em espaços não formais de aprendizagem, que assegurem o desenvolvimento de produtos tecnológicos e educacionais relacionados ao conhecimento aplicado à(s) área(s) de conhecimento de cada curso. Adicionalmente, para o nível de Mestrado, a autonomia aliada à capacidade de refletir sobre suas práticas, elaborar artefatos pedagógicos e aplicar novas metodologias, são, dentre outras, importantes e desejáveis qualidades dos egressos. No âmbito do Doutorado por sua vez, espera-se formar:

1. Profissional capaz de formular e analisar problemas pedagógicos e tecnológicos referentes à gestão intraorganizacional e às estratégias dos diversos tipos de organizações referentes à sua área de atuação e de conhecimento; e
2. Docente-pesquisador, com potencial de liderança e permanente habilidade de absorver e transmitir conhecimentos científicos, tecnológicos e inovativos nos âmbitos da Educação Básica.

2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual.

A avaliação da produção intelectual das redes Profs no ambiente acadêmico, compreende publicações bibliográficas, produções artísticas e produções técnicas/tecnológicas. Ela enfrenta, por conta da diversidade da área, o importante desafio de equilibrar objetividade quantitativa com uma análise qualitativa no âmbito de um sistema que, até então, tem atribuído significativo valor a indicadores bibliométricos tradicionais. Isso tem acarretado dificuldades de entendimentos e aceitação de ajustes específicos e necessários por área de avaliação, dificultando comparações entre as diferentes áreas do conhecimento. Neste contexto e por sua dimensão multidisciplinar, a área opta por uma avaliação qualitativa da produção intelectual, embora contemple, de forma seletiva uma dimensão quantitativa por docente e por instituição associada.

2.2.1 DA CLASSIFICAÇÃO DE ARTIGOS:

A avaliação dos Profs não será baseada nos fatores de impacto e/ou indexação do veículo (periódico), nem em índice de citação, a exemplo do h5. Tal metodologia inviabiliza a captura de outros elementos qualitativos mais relevantes como, por exemplo a aderência dos artigos em relação ao propósito dos programas de formação de professores da Educação Básica e os objetivos do programa - elementos de altíssima relevância no processo de avaliação. A aderência à Educação Básica é elemento fulcral na distinção entre os Profs. É nesse contexto que se impõe a necessidade de circunscrever a atuação das Redes, o que implica na consideração da aderência como um critério fundamental para as análises de destaque dos programas de formação de docentes da Educação Básica, conferindo, assim, maior atenção a outros indicadores relativos à qualidade e ao impacto social das produções, bem como sua coerência com o perfil do programa.

Adicionalmente, tendo em vista que as áreas de conhecimento de proveniência das redes Profs são obviamente diversificadas e adotam procedimentos distintos, a avaliação da produção global da área 51, não pode ser conduzida mediante indicadores rígidos e unificados a toda área. Deve, ao contrário, ser pensada com base em um entendimento consensual sobre uma forma de avaliação estruturada a partir de elementos comuns de análise, porém com interpretações próprias e inerentes a cada área do conhecimento. Nesse sentido, o critério da aderência será, portanto, fator substancial para a validação dos produtos dos Programas, por desencadear outros indicadores com o mesmo formato qualitativo a exemplo da coerência e consistência com a área de concentração e as linhas de pesquisa, bem como do impacto relacionado aos objetivos do programa.

2.2.2 DA CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS

No contexto dos Profs, os livros são bastante relevantes em algumas áreas de conhecimento e altamente necessários para o desenvolvimento da Educação Básica. Ainda que tal relevância seja reconhecida, é necessário que estes produtos intelectuais estejam em consonância com os propósitos da Educação Básica de forma a atenderem os conteúdos, temáticas e questões vinculadas ao ensino. A Avaliação de Livros considerará, pois, a aderência dos mesmos à proposta do Programa - sua área de atuação e seu perfil estratégico, como condição primordial e mandatória. Essa perspectiva exige contínuas atualizações de itens a serem considerados em detrimento de outros que no contexto dos Profs não têm tanta relevância, a exemplo, do idioma: os Profs foram concebidos para solucionar questões eminentemente associadas ao ensino numa perspectiva nacional. Já as premiações e indicações como obra de referência, adquirem, na avaliação, uma alta e significativa valoração.

2.2.3 DA CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS TÉCNICO-TECNOLÓGICOS

Nesse contexto, também, o fator da aderência é indicado como determinante, a fim de vincular os produtos técnicos e tecnológicos à Educação Básica, estabelecendo, assim, nítida diferenciação em relação à natureza dos demais tipos de programas de pós-graduação (acadêmicos e/ou profissionais). A avaliação recai não na obra em si e sim no contexto de sua apresentação pública e especialmente de seu impacto para o desenvolvimento da Educação Básica. Nessa perspectiva, a aplicabilidade deve ser considerada como um item relevante no processo de avaliação dos produtos técnicos e tecnológicos. Os aspectos de abrangência e de replicabilidade devem ser ajustados para que apenas a aplicabilidade real ou potencial dos produtos seja considerada, independente do contexto territorial em que se insere – dada a dificuldade, na área, de se transpor diretamente produtos concebidos dentro de realidades específicas para cenários distintos. A área entende, assim, que os produtos podem ser aplicados a diferentes contextos mediante ajustes e adaptações. Aspectos inovadores dos produtos também são considerados como relevantes e neste âmbito específico são identificados o ineditismo, a combinação, a adaptação ou ainda a replicação de conhecimentos. Também são considerados como importantes, os aspectos relacionados à complexidade dos produtos como forma de valorar a existência dos múltiplos conhecimentos e a diversidade de atores envolvidos em seus processos de desenvolvimento e criação. Por fim, aspectos complementares, - a exemplo do envolvimento de discentes e/ou egressos, das possibilidades de aplicação, capilaridade dos produtos em outras áreas do conhecimento - são contabilizados. Neste contexto serão valorizados, especialmente, produtos derivados das tecnologias da Informação e Comunicação; aplicativos; recursos educacionais; materiais didáticos; pareceres para instituições públicas, curso para formação profissional; produto de editoração; evento organizado; manual/protocolo; base de dados técnico científicas; organização de acervo; carta, mapa ou similar; material didático; produto de comunicação e tecnologia social, dentre outros.

2.2.4 DA CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS ARTÍSTICOS

A avaliação dos produtos artísticos segue os mesmos procedimentos definidos para os demais, e tem como base o fator de aderência à proposta do Programa e à Educação Básica. São avaliados, nesse contexto, produtos e processos criativos, poéticos, interpretativos, que resultam de pesquisa produzida no âmbito dos Profs, expressos por meio de linguagens visuais, cênicas, musicais, literárias etc. A avaliação recai não na obra em si e sim no contexto de sua apresentação pública e especialmente de seu impacto para o desenvolvimento da Educação Básica.

Pretende-se realizar uma avaliação qualitativa, uma vez que os programas indicarão um número limitado de produtos para serem analisados, o que permitirá estabelecer um processo avaliativo mais centrado em aspectos qualitativos que não podem ser capturados apenas com referência aos veículos de disseminação científica. Essa

evolução na metodologia de avaliação reflete um esforço contínuo, não só da área 51, mas da CAPES que, em iniciativas recentes, vem modernizando os normativos, a gestão e governança da informação; aprimorando a qualidade e a transparência dos dados, tentando garantir uma avaliação mais justa e eficaz da produção intelectual dos programas.

Portanto, a avaliação da área 51 deve buscar capturar aspectos mais qualitativos, como estratégia mais efetiva sob o ponto de vista dos propósitos dos programas de pós-graduação voltados à educação básica, do que o mero exercício de classificação de veículos. Esse talvez seja um caminho mais árduo, mas será sem dúvida o mais saudável para a superação dos desafios da área e para a promoção de um sistema de pós-graduação em franca expansão e que não pode perder de vista a dimensão inclusiva, equitativa e representativa da diversidade intelectual da área.

2.3 Perspectivas da Área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência Aberta

O movimento global da comunidade científica designado Ciência Aberta (Open Science) consiste em envia esforços para aumentar a popularidade, a divulgação e o acesso global da produção de conhecimento científico, visando o livre acesso aos resultados das pesquisas científicas. É inquestionável a boa recepção pela comunidade científica dos princípios da Ciência Aberta, cujo objetivo consiste em disponibilizar o acesso gratuito - via periódicos científicos ou repositórios de acesso aberto (Open Access), aos produtos de pesquisa, tornando, assim, seus processos transparentes e favorecendo a replicação e a reprodutibilidade.

Embora com toda diversidade e heterogeneidade de programas e perfis de produção intelectual, a Ciência Aberta, no estado da arte da área 51, não constitui uma realidade potencial, não se configurando, por conseguinte, objeto de maiores inquietações ou angústias. Mas exatamente nessa diversidade reside a probabilidade de que, em seu processo de consolidação, a Área venha a ser, num futuro próximo, impactada pelo movimento Ciência Aberta. Tal perspectiva trará, sem dúvida, novos desafios e oportunidades que moldarão o futuro da pesquisa em educação básica. Paralelamente, a área deverá permanecer atenta, pois se por um lado reconhece-se com facilidade a dimensão transparente, acessível e colaborativa do Ciência Aberta, não se deve perder de vista, por outro lado, a discussão de aspectos potencialmente temerários de sua implementação, a exemplo dos altos custos de participação e da extrema necessidade de agenda política favorável.

Essa realidade conclama instituições, governos e comunidades científicas, a estarem, juntos e em campos de conhecimentos diversos, no esforço em prol do desenvolvimento de políticas de apoio financeiro aos pesquisadores; de incentivo às práticas de Ciência Aberta, porém com qualidade, integridade e ética na pesquisa. A expansão da área

Ciências e Humanidades para a Educação Básica, nesse espírito de tempo, não pode ignorar, ainda, questões que inquietam e mobilizam boa parte da comunidade científica, dentre as quais, a busca por melhores estratégias de promoção de equidade a partir de bases tão pouco ou nada equânimes. Os nobres objetivos de transparência, acessibilidade e colaboração se veem ameaçados diante das altas taxas de processamento de artigos (APCs - article processing charges) cobradas, principalmente, por parte dos periódicos internacionais de acesso aberto. A comunidade científica brasileira, sabe-se, tem ocupado um lugar especial no contexto de restrições orçamentárias das pesquisas; na ausência de recursos dirigidos às taxas de publicação pelos órgãos de fomento. No momento mesmo em que se fala de mobilizar toda a área 51 em torno da criação de um Periódico, necessário se faz pensar estratégias de difusão do conhecimento, garantidoras, a exemplo do movimento Ciência Aberta, de fontes seguras de informação e sem barreiras linguísticas e/ou econômicas. Quiçá essa abertura se estenda aos outros indicadores bibliométricos e que os critérios de transparência, acessibilidade e colaboração possam ser massivamente aplicados à produção bibliográfica - Livros, produção técnica/tecnológica e produção artística da área. De toda maneira, Iniciar uma discussão sobre a disseminação do conhecimento e a afirmação da Ciência Aberta no contexto da Educação Básica, tal qual já acontece no contexto dos periódicos científicos, em âmbito global, significará uma oportunidade ímpar de refletir sobre questões acerca da produção do conhecimento versus inclusão e promoção da equidade; empreender uma intensa reflexão sobre a produção do conhecimento na e para a educação básica - base da pirâmide - e estratégias mais saudáveis e eficazes para garantir a transparência, a acessibilidade e a natureza colaborativa dessa produção.

3 IMPACTO

3.1 Perspectivas de impacto dos Programas da Área na sociedade

Para avaliação dos impactos, a área 51 não pode perder de vista os objetivos categorizados nas dimensões Social, Ambiental, e Econômica da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), com destaque para aqueles objetivos relacionados ao desenvolvimento sustentável (ODS), os quais também compõem o documento norteador para a construção do PNPG (2024-2028), especialmente no tocante aos aspectos de Pesquisa, Extensão e Inovação para o fortalecimento da Formação de recursos humanos de alto nível em consonância com as potencialidades e os desafios nacionais.

As Redes Profs, ao visar fundamentalmente à melhoria e qualificação do Ensino Fundamental e Médio para atingir a excelência, assumem papel protagônico e indutor na transferência de conhecimento, divulgação e popularização da ciência, uma vez que a qualificação de seus egressos deve produzir impactos diretos na educação básica e, portanto, na melhoria da sociedade. Uma pesquisa recente, realizada pela UNESCO e a OCDE, sugere que os países que mais se beneficiam de investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação avaliam que o impacto mais determinante nas escolhas futuras de estudantes, nesse setor, se dá na educação fundamental porque é ela que desperta vocações, seja na linha técnico-profissional, na linha científica ou na linha de negócios ou empreendedorismo.

Nesse contexto, as Redes Profs devem promover não somente uma formação de recursos humanos qualificados para realizar ações transformadoras e de inovação das práticas pedagógicas e educacionais, no contexto da área de conhecimento do curso, como também a geração ou adequação de novos procedimentos destinados a melhor atender as necessidades da Educação Básica. Os Mestrados e Doutorados Profissionais são cursos que se propõem a uma grande capilaridade nacional e de forte impacto na sociedade brasileira, presentes atualmente em todas as regiões e estados da federação. De natureza multidisciplinares e multirreferenciais, os Profs, ao se engajarem diretamente na melhoria da Educação Básica na promoção da formação de pessoal altamente qualificado, trazem impactos positivos muito significativos para a sociedade em geral.

Desnecessário se faz destacar os previsíveis e compulsórios impactos educacionais da área de Ciências e Humanidades para a Educação Básica – como as consequentes integração e cooperação com escolas da educação básica, implicando em desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino; produção de recursos educacionais e materiais didáticos instrucionais. Essa missão primeira e prioritária das Redes Profs, desencadeia, por consequência, impactos outros com a mesma vocação quanti-qualitativa, a serem avaliados, dentre os quais:

- Impacto Profissional: como consequência natural do impacto educacional, a Rede Prof desempenha importante e crucial papel na formação de Recursos-Humanos altamente qualificados para a Educação Básica, em domínios específicos à área profissional, e com capacidade de produzir mudanças no ambiente de trabalho - a Sala de aula, a Escola e a sociedade em geral - pela aplicação de práticas inovadoras de ensino aprendizagem e de recursos educacionais outros.
- Impacto na difusão e transferência do conhecimento produzido pela Rede Prof: a Rede contribui para a popularização da ciência e para a formação de Professores que possam melhorar a atenção e a resolução de problemas de ensino-aprendizagem e letramento no sentido mais abrangente do termo.
- Impacto Socioambiental: a rede contribui para implementação de processos de ensino e aprendizagem voltados para a questão do desenvolvimento e seus impactos no ambiente e na sociedade; contribui, ainda para a identificação de fatores determinantes da degradação ambiental associada com a perda da qualidade ambiental e de vida. Para além da Rede Prof Ciências Ambientais – ProfCiAmb, outras redes a exemplo do ProfQuí e do ProfBio, possuem disciplinas e desenvolvem projetos e atividades que têm por objeto a sustentabilidade e a defesa de uma visão biocêntrica de mundo.
- Impacto tecnológico: a Rede Prof lida com o aprimoramento de procedimentos, ações e condutas que possam resultar em melhoria do ensino-aprendizagem, sobretudo no diagnóstico dos problemas e desafios, a partir das inovações e das adequações desenvolvidas por docentes e discentes do curso;
- Impacto social e cultural: na formação de recursos humanos qualificados para atuação no Ensino Médio e Fundamental incentivando o desenvolvimento de projetos e ações que indiquem transferência de conhecimento e/ou de tecnologias sociais para resolução de problemas de ensino-aprendizagem; formas de colaboração com outras instituições, entidades culturais e organizações da sociedade civil, indicativas da inserção da presença e da relevância Rede.

Por fim, os benefícios potenciais e reais das Redes Profs para a Educação Básica e para a sociedade em geral, atestam, entre outras, o quanto as ações dos Programas da área 51 podem ser e são adjuvantes no alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, como por exemplo:

IMPACTOS DAS REDES PROFS

ODS CORRESPONDENTE

EDUCACIONAL

&

DIFUSÃO E TRANSFERÊNCIA DO
CONHECIMENTO

PROFISSIONAL

SOCIOAMBIENTAL

TECNOLÓGICO

&

SÓCIO-CULTURAL



Nesse contexto, os casos de impacto das Redes Profs, incluem recursos humanos altamente qualificados para a Educação Básica. Em segundo lugar, novos conhecimentos e soluções inovadoras para problemas de ensino aprendizagem que geram impactos, transcendendo o período da avaliação quadrienal. Assim, o impacto de formação de mestres e doutores da área 51 está estreitamente relacionado com o destino do egresso, sua atuação no ambiente de trabalho. Nesta direção, a Área propõe utilizar informações sobre a melhoria das condições de trabalho de seus Egressos e potenciais mudanças em seu ambiente de trabalho - a Sala de aula e a Escola. Considerará, por fim, todo um conjunto articulado de ações do Programa que demonstre evidentes efeitos externos para a sociedade, sejam eles de natureza social, ambiental, cultural e/ou tecnológica.

3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas. Popularização da Ciência

As redes Profs foram concebidas para a resolução de problemas nacionais e como tal dispõem de investimentos para a formação de docentes do Ensino Básico, eminentemente fomentados pelo Ministério da Educação. Essa configuração apresenta pouca possibilidade de atrair recursos externos. Nesse contexto a inserção, em suas diferentes dimensões, deve ser analisada a partir de informações e dados qualitativos aportados pelos programas. A ênfase da análise deve se concentrar no protagonismo do corpo docente em atividades que revelem a inserção em diferentes dimensões, não se limitando à quantificação da relevância nem à valorização supradimensionada da abrangência internacional destas ações, mas à distribuição das mesmas em uma parcela significativa do corpo docente permanente. Será considerado, então, o envolvimento dos docentes em cargos de direção e gestão na área da educação, gestão de associações científicas e acadêmicas, colaborações internacionais, organização de eventos, consultoria, editorial de periódicos da área e outras ações indicadoras de visibilidade e destaque no cenário regional e nacional, principalmente.

Adicionalmente, as Redes Profs por natureza e constituição contribuem fortemente para uma maior compreensão pública da ciência, ao valorizar atividades voltadas à divulgação científica, tanto através de recursos educacionais quanto pela ampla utilização das mídias sociais para comunicar conceitos científicos complexos de forma clara e compreensível ao público do ensino Fundamental e médio.

3.3 Possibilidades e potenciais de internacionalização na Área

A área de Ciências e Humanidades para a Educação Básica não tem a internacionalização das suas redes como meta, embora reconheça que a inserção internacional, principalmente por meio da produção intelectual (bibliográfica, artística e tecnológica) de seus docentes pode abrir espaços para a implementação de acordos de cooperação e convênios e, conseqüentemente, prospectarem um aumento da circulação de conhecimento e intercâmbio docente e discente. Prioritariamente, os processos de inserção e visibilidade das Redes Profs, considerando seus objetivos e metas, devem provocar impactos de abrangência regional e nacional. Isso não significa a recusa de processos de internacionalização dos Profs, pelo contrário, toda e qualquer iniciativa de internacionalização será incentivada e validada, desde que realizada em consonância com a identidade da própria área, sua consolidação e seus avanços, bem como com as especificidades e as diretrizes de cada rede. Nesse espírito, a área incentivará possibilidades potenciais de internacionalização, abrangendo desde a inclusão e participação efetiva de pesquisadores internacionais nas atividades das redes, passando pelo oferecimento de disciplinas online com ampla participação de discentes – e com o auxílio de dispositivos virtuais implementados para tal – até a organização de eventos e produção intelectual (bibliográfica, artística e tecnológica) em parceria. As atividades de

internacionalização quando alicerçadas em sólidos intercâmbios e cooperações, participam ativamente do desenvolvimento de projetos transversais, incentivam a interdisciplinaridade, promovem significativos desafios para a construção de um novo conhecimento, influenciando a formação de recursos humanos autônomos e criativos, promovendo impactos na melhoria do ensino médio e fundamental.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA

A Área de Ciências e Humanidades para a Educação Básica, dada a sua recente criação, ainda não tem Programas com notas 6 e 7. Historicamente, a definição dos programas de excelência tem privilegiado parâmetros relacionados à produção docente e à internacionalização. A área 51, entretanto somente a partir do próximo quadriênio (2025-2028) poderá prospectar e definir os critérios para definição de excelência, em observância à ampliação e diversificação de tais critérios, a exemplo do que vem ocorrendo com todo o processo de avaliação, e em sintonia com os Parâmetros Comuns de Avaliação definidos pela CAPES. Desde já e em conformidade com o Relatório do Grupo de Trabalho sobre Excelência criado pela CAPES, designado pela Portaria n. 63, de 28 de fevereiro de 2024, ao invés de um fim a ser alcançado, a excelência deve ser compreendida como um hábito e um processo recorrente e infundável de superação. No contexto da área 51, em especial, o foco deve ser, portanto, as práticas e os processos que os programas desenvolvem com vistas a melhoria contínua da qualidade do ensino médio e fundamental. Tais práticas e processos poderão ser encontrados em todos os programas, inclusive naqueles que não serão formalmente classificados como Programas de Excelência, sendo que o fator de distinção será a recorrência e a regularidade de um conjunto relativamente amplo de práticas e processos de excelência. Nessa perspectiva, a excelência não deverá referir ações esporádicas ou pontuais, que se expressam em um ou outro projeto, produto ou impacto, mas deverá estar incorporada às rotinas coletivas e reproduzir-se de maneira sustentada ao longo do tempo; não se limitando a uma fotografia momentânea de alta produtividade em um conjunto de itens, mas exigindo uma avaliação sistêmica da consistente evolução da Rede Prof, em múltiplas dimensões. Como destaca o texto do relatório, “na prática isso implica em evitar avaliações que aferem ou retiram o conceito de excelência a programas que tiveram pequenas variações em um ou outro indicador específico de produtividade”.

5 EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE

5.1 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais

O documento Orientador para Criação de Cursos Novos (APCNs) da Área Ciências e Humanidades para a Educação Básica torna mandatório que pelo menos uma das instituições associadas seja localizada nas regiões Nordeste, Norte, ou Centro-Oeste, visando ampliar, com isso, as ações formativas nas regiões de maior assimetria regional quanto à formação de professores. No mesmo espírito, assimetrias relacionadas a outras temáticas são consideradas na avaliação das propostas, a exemplo do número de docentes de instituições associadas, localizadas nas regiões prioritárias que, mediante justificativas, podem ter o quantitativo de docentes e até a produção intelectual atenuados. Não obstante a grande capilaridade das Redes Profs, com notório empenho inclusive na interiorização de seus programas e instituições associadas, a área permanece atenta ao desafio de manter/criar estratégias não somente para diminuir as assimetrias existentes, mas também para consolidar de fato os cursos de IAs das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Pelo exposto, dos novos APCNs devem constar objetivos bem estabelecidos e intrinsecamente voltados para a formação de professores da Educação Básica como empreitada essencial para o desenvolvimento do país em suas diferentes regiões. A área 51 deve buscar sempre a excelência nacional.

Outro aspecto fundamental a ser incentivado na indução desses Programas, é a possibilidade de mobilização e agregação de grupos de pesquisa, com a participação de estudantes de graduação e pós-graduação de forma articulada e cooperativa, com atuação em redes interinstitucionais. As redes de pesquisa se configuram em um dos principais aspectos gerenciadores da interdisciplinaridade e fundamentam essa nova realidade de cooperação científica intra-áreas. É uma grande oportunidade de reunir talentos que estão em centros emergentes, nessas regiões carentes, e aportar novos conhecimentos e qualificação. O envolvimento dos pesquisadores mais experientes nas atividades de indução, criação e consolidação dos novos cursos, deve incluir a organização de ciclos de seminários, a atuação em disciplinas, a configuração de bancas para qualificação e defesa dos TCCs (com possibilidade de utilizar recursos da Web), suporte nas atividades de pesquisa e intercâmbios de estudantes das redes, com especial atenção, às localidades de fronteira, de interiorização e de vulnerabilidade social e econômica.

5.2 Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI)

A Área 51, por natureza, se estrutura em formas associativas caracterizada pelo oferecimento conjunto de várias instituições públicas que de modo articulado e sob a égide de uma coordenação nacional constroem e mantem um programa Profissional de mestrado e/ou doutorado com responsabilidade definida e compartilhada entre as associadas.

Esta configuração faz da área locus natural e privilegiado para a oferta de Programas de Cooperação Interinstitucional. O formato em rede, em dada conjuntura, não contempla a cooperação interinstitucional, tradicionalmente conhecida como Minter e Dinter. Não obstante, outras formas de cooperação com órgãos de Educação Municipal e Estadual e/ou outros setores públicos, tem inaugurado novas parcerias e gerado demandas para a criação de turmas extras, as quais exigem processo seletivo específico e pontual. A Área considera como positivas tais demandas e incentiva o atendimento das mesmas com a criação de turmas extras, uma vez que tais parcerias poderão contribuir para a consolidação e expansão das áreas do conhecimento e potencialmente podem contribuir fortemente para a redução de assimetrias territoriais.

5.3 Visão da Área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade

A área incentiva fortemente o desenvolvimento de políticas de ações afirmativas, de forma a contemplar o ingresso e a permanência de discentes oriundos de grupos histórica e socialmente discriminados na sociedade brasileira, incluindo aspectos, étnico-raciais; de gênero; refugiados ou vistos humanitários; vulnerabilidade social e deficiência. A área terá especial consideração às dificuldades impostas por situações emergenciais não previstas, tais como programas/instituições inseridos em regiões atingidas por desastres naturais. No tocante à produtividade, às atividades de ensino e ao tempo de conclusão, considerará, ainda, com especial atenção, os casos de docentes e discentes em licença maternidade/paternidade. Nesse espírito, para as propostas de curso novos, necessário se faz a descrição/prospecção do impacto dos dispositivos para promover a igualdade de acesso a oportunidades, considerada a partir das políticas institucionais, das políticas dos programas e da descrição das boas práticas em Acessibilidade.

6 ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS

6.1 Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração

A Área 51 é integrada por Programas em rede nacional. Cada Programa deve ter uma área de concentração singular e específica com a missão de contribuir para a qualificação de professores da Educação Básica. Dado o formato dos Programas, que incorporam em rede nacional diversas Instituições Associadas, não é aconselhável a duplicidade de área de concentração, de modo a não ocorrer a superposição dos objetivos.

7 OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA

A Área Ciências e Humanidades para a Educação Básica ressalta as oportunas e importantes mudanças instituídas no processo de avaliação dos Programas para a melhoria do SNPG brasileiro. Tendo como motivação primeira, a promoção da qualidade da formação de mestres e doutores para a Educação Básica, atenção especial foi dada aos indicadores de ensino-aprendizagem, garantia de uma avaliação qualitativa. Esse aprimoramento do modelo de avaliação induz à utilização de menos itens e métricas e confere mais e benéfico protagonismo aos Programas que indicarão seus principais produtos por docente, justificando a sua escolha/seleção. Também envolve mais as IES e acentua a necessidade do planejamento estratégico das redes e de sua autoavaliação. Assim, a Área considera como imprescindível a sistematização de informações sobre os egressos, aliada à análise da inserção e evolução dos mesmos em seus locais de atuação – escolas, salas de aula etc., associada com dados quantitativos disponibilizados pela CAPES. Adicionalmente, a análise do impacto dos discentes, destacada a partir de casos exitosos de profissionais egressos de seus cursos, será bem-vinda. Finalmente, a mudança efetiva do processo avaliativo, que passou a ser mais qualitativo, permitiu que se consagrasse maior e especial atenção ao processo formativo e ao impacto das Redes Profs na Educação Básica, em primeiro lugar e na sociedade, por conseguinte.